



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
JORNAIS IMPRESSOS

COBRANÇA

Correio de Sergipe - 20/04/2017

TCE condena gestores a devolver mais de R\$ 116 mi

O Tribunal de Contas de Sergipe divulgou ontem que em 2016 foram oficiadas as procuradorias municipais, estadual e outras às quais os gestores públicos condenados se encontram vinculados para que se efetive a devida cobrança de glosas que somam R\$ 73.275.398,61. O objetivo é o ressarcimento ao erário público prejudicado, sob pena de responsabilidade solidária da procuradoria competente.

Somente neste ano de 2017, ainda não completado o quarto mês, já foram encaminhados ofícios às procuradorias para execução de glosas imputadas em decisões do TCE que totalizam a quantia de R\$ 43.709.985,52, além dos valores de multa administrativa aplicados. A soma do que as procuradorias têm a executar totaliza

R\$ 116.985.384,13. Caso as procuradorias não promovam a ação de cobrança devida, providências são requeridas pelo TCE ao Ministério Público Estadual.

“O Tribunal de Contas, por meio da Coordenadoria Jurídica, no exercício das competências previstas no seu Regimento Interno, vem tomando providências efetivas para o acompanhamento e a garantia de execução das decisões aqui prolatadas, seja quanto às determinações nelas contidas, seja no tocante ao efetivo acompanhamento das execuções de multas e glosas aplicadas”, informa o presidente do TCE, Clóvis Barbosa.

“A Coordenadoria Jurídica recepciona todos os processos com trânsito em julgado do Tribunal de Contas, fazendo o acom-

panhamento das fases necessárias à execução, desde a expedição das intimações para o pagamento, acompanhamento de pagamentos de multas e glosas, inclusive junto às procuradorias, monitoramento das determinações impostas, inscrição em dívida ativa das multas, finalizando com a declaração de quitação e sugestão de arquivamento definitivo dos autos”, explica o coordenador jurídico, Luiz Carlos Santana.

Até sua efetiva quitação, os processos julgados são acondicionados no Arquivo da Coordenadoria Jurídica, sob controle dos servidores do setor de execução. Ali se encontram atualmente 2.114 processos julgados, conforme relatório obtido no Sistema de Controle de Processos e Protocolos (SCPP).